



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**
EDITAL N.º 21/2019 - UFRA, DE 29 DE MAIO DE 2019

**NÍVEL E
CONTADOR**

08 de setembro de 2019

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 45 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 08h e término às 12h**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 11 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 45.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 10.

União deve protocolar recurso para garantir contingenciamento na educação

Após a Justiça derrubar de forma cautelar o contingenciamento de verbas em unidades de ensino, União deve protocolar recurso amanhã no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), a segunda instância no caso, para garantir cortes

01 A Advocacia-Geral da União (AGU) está preparando um recurso para derrubar a
02 decisão da juíza federal Renata Almeida de Moura Isaac, que suspendeu os bloqueios
03 orçamentários realizados pelo Ministério da Educação (MEC) sobre as verbas destinadas
04 às universidades federais e ao Instituto Federal do Acre. A defesa deve ser protocolada
05 amanhã no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que funciona como segunda
06 instância no caso.

07 Em sua decisão cautelar (provisória), a juíza federal da Bahia acolheu uma série
08 de ações populares que foram apresentadas contra o Ministério da Educação. A magistrada
09 analisou um total de oito ações, uma delas movida pela chapa Aliança pela Liberdade, que
10 comanda o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (UnB).

11 Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino,
12 o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”. O
13 descumprimento poderá ser alvo de multa de R\$ 100 mil. Os bloqueios orçamentários foram
14 definidos pelo Ministério da Economia, em revisão das estimativas de receitas. “A AGU
15 ainda não foi intimada, mas já prepara recurso”, informou o órgão. Para a juíza, embora
16 seja possível que o gestor público imponha limites para obedecer às leis orçamentárias,
17 “estes limites não devem permitir a inobservância de preceitos constitucionais, tais como o
18 direito social à educação e a obrigação da União de financiar as instituições de ensino
19 federais”.

20
21 Obrigações

22
23 Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub,
24 classificou as universidades como promotoras de “balbúrdia” em seus campi. Ele focou
25 as críticas em três unidades de ensino: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade
26 Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

27 “Não há necessidade de maiores digressões para concluir que as justificativas
28 apresentadas não se afiguram legítimas para fins de bloqueio das verbas originariamente
29 destinadas à UnB, UFF e UFBA, três das maiores e melhores universidades do país,
30 notoriamente bem conceituadas, não apenas no ensino de graduação, mas também na
31 extensão e na produção de pesquisas científicas”, observou a magistrada.

32 Em conclusão, a juíza defendeu que é preciso a liberação dos recursos para que
33 as instituições não “se sujeitem ao risco de não cumprir obrigações contratuais”. Renata
34 Almeida apontou que o contingenciamento afeta serviços básicos e imprescindíveis à
35 continuidade da atividade acadêmica, como custos de energia, água, vigilância, limpeza e
36 manutenção. “A União estará se eximindo de obrigações expressamente consignadas no
37 texto constitucional”, concluiu a magistrada.

Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/estudante/ensino_ensinosuperior/2019/06/09/ensino_ensinosuperior_interna.761361/uniao-deve-protocolar-recurso-para-garantir-contingenciamento-na-educa.shtml

Acessado em 9/06/2019

Texto adaptado

- 1 Segundo a juíza Renata Almeida, o contingenciamento imposto pelo MEC às universidades poderá gerar
- (A) mudanças em estimativas de receita.
 - (B) recurso por parte da AGU.
 - (C) recuo no desenvolvimento social.
 - (D) desrespeito a leis orçamentárias.
 - (E) desordem na comunidade acadêmica.

- 2 Na opinião da juíza, antes de impor limites orçamentários, o Ministério da Educação deve observar
- (A) a qualidade das universidades federais.
 - (B) o risco de paralisação das atividades.
 - (C) o cumprimento de serviços básicos.
 - (D) os preceitos que constam da Constituição.
 - (E) a defesa de obrigações contratuais.
- 3 Do trecho *“Não há necessidade de maiores digressões para concluir que as justificativas apresentadas não se afiguram legítimas para fins de bloqueio das verbas originariamente destinadas à UnB, UFF e UFBA, três das maiores e melhores universidades do país, notoriamente bem conceituadas, não apenas no ensino de graduação, mas também na extensão e na produção de pesquisas científicas”* (linhas 27 a 31), compreende-se que
- (A) o ministro da educação errou ao classificar como “balbúrdia” eventos estudantis.
 - (B) os motivos apresentados pelo MEC não justificam o bloqueio das verbas.
 - (C) a previsão orçamentária para a UnB, a UFF e a UFBA foi equivocada.
 - (D) a UnB, a UFF e a UFBA são instituições de notória superioridade.
 - (E) o MEC deve considerar a diversidade das atividades das universidades.
- 4 De acordo com o texto **União deve protocolar recurso para garantir contingenciamento na educação**, a desobediência à decisão da juíza será punida com o(a)
- (A) não realização de serviços.
 - (B) paralisação das atividades.
 - (C) retratação do ministro.
 - (D) pagamento de multa.
 - (E) intimação da AGU.
- 5 Uma regra de regência foi desobedecida em
- (A) *A defesa deve ser protocolada amanhã no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que funciona como segunda instância no caso* (linhas 4 a 6).
 - (B) *Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”* (linhas 11 e 12).
 - (C) *Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou as universidades como promovedoras de “balbúrdia” em seus campi* (linhas 23 e 24).
 - (D) *Em conclusão, a juíza defendeu que é preciso a liberação dos recursos para que as instituições não “se sujeitem ao risco de não cumprir obrigações contratuais”* (linhas 32 e 33).
 - (E) *“A União estará se eximindo de obrigações expressamente consignadas no texto constitucional”, concluiu a magistrada* (linhas 36 e 37).
- 6 No trecho *Em sua decisão cautelar (provisória), a juíza federal da Bahia acolheu uma série de ações populares que foram apresentadas contra o Ministério da Educação* (linhas 7 e 8), a palavra grifada é sinônimo de
- (A) *recolheu.*
 - (B) *recebeu.*
 - (C) *aprovou.*
 - (D) *acatou.*
 - (E) *adotou.*

7 As aspas indicam ironia em

- (A) *Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”* (linhas 11 e 12).
- (B) *“A AGU ainda não foi intimada, mas já prepara recurso”, informou o órgão* (linhas 15 e 16).
- (C) *Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou as universidades como promovedoras de “balbúrdia” em seus campi* (linhas 23 e 24).
- (D) *Em conclusão, a juíza defendeu que é preciso a liberação dos recursos para que as instituições não “se sujeitem ao risco de não cumprir obrigações contratuais”* (linhas 32 e 33).
- (E) *“A União estará se eximindo de obrigações expressamente consignadas no texto constitucional”, concluiu a magistrada* (linhas 36 e 37).

8 Uma palavra foi empregada em sentido conotativo em

- (A) *A Advocacia-Geral da União (AGU) está preparando um recurso para derrubar a decisão da juíza federal Renata Almeida de Moura Isaac, que suspendeu os bloqueios orçamentários realizados pelo Ministério da Educação (MEC) sobre as verbas destinadas às universidades federais e ao Instituto Federal do Acre* (linhas 1 a 4).
- (B) *A magistrada analisou um total de oito ações, uma delas movida pela chapa Aliança pela Liberdade, que comanda o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (UnB)* (linhas 8 a 10).
- (C) *Para a juíza, embora seja possível que o gestor público imponha limites para obedecer às leis orçamentárias, “estes limites não devem permitir a inobservância de preceitos constitucionais, tais como o direito social à educação e a obrigação da União de financiar as instituições de ensino federais”* (linhas 16 a 19).
- (D) *“Não há necessidade de maiores digressões para concluir que as justificativas apresentadas não se afiguram legítimas para fins de bloqueio das verbas originariamente destinadas à UnB, UFF e UFBA, três das maiores e melhores universidades do país, notoriamente bem conceituadas, não apenas no ensino de graduação, mas também na extensão e na produção de pesquisas científicas”, observou a magistrada* (linhas 27 a 31).
- (E) *Renata Almeida apontou que o contingenciamento afeta serviços básicos e imprescindíveis à continuidade da atividade acadêmica, como custos de energia, água, vigilância, limpeza e manutenção* (linhas 33 a 36).

9 Em Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou as universidades como promovedoras de “balbúrdia” em seus campi. Ele focou as críticas em três unidades de ensino: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) (linhas 23 a 26), os dois períodos poderiam ser ligados pelo conector

- (A) *porque.*
- (B) *mas.*
- (C) *e.*
- (D) *pois.*
- (E) *no entanto.*

10 O referente do elemento grifado está corretamente indicado em

- (A) *A Advocacia-Geral da União (AGU) está preparando um recurso para derrubar a decisão da juíza federal Renata Almeida de Moura Isaac, que suspendeu os bloqueios orçamentários realizados pelo Ministério da Educação (MEC) sobre as verbas destinadas às universidades federais e ao Instituto Federal do Acre* (linhas 1 a 4) → Advocacia Geral da União.
- (B) *Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”* (linhas 11 e 12) → Advocacia Geral da União.
- (C) *Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”* (linhas 11 e 12) → magistrada.
- (D) *Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou as universidades como promovedoras de “balbúrdia” em seus campi* (linhas 23 e 24) → Abraham Weintraub.
- (E) *Ele focou as críticas em três unidades de ensino: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA)* (linhas 24 a 26) → Ministério da Educação.

LEGISLAÇÃO

- 11 Estabelece a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que, além da exoneração, a vacância do cargo público dar-se-á por
- (A) I – demissão; II – promoção; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
 - (B) I – demissão; II – readaptação; III – aposentadoria; IV – posse em outro cargo inacumulável; e V – falecimento.
 - (C) I – demissão; II – promoção; III – readaptação; IV – posse em outro cargo inacumulável; e V – falecimento.
 - (D) I – demissão; II – promoção; III – readaptação; IV – aposentadoria; e V – falecimento.
 - (E) I – demissão; II – promoção; III – readaptação; IV – aposentadoria; e V – posse em outro cargo inacumulável.
- 12 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, considera-se remoção o deslocamento do servidor
- (A) a pedido, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (B) de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (C) a pedido ou de ofício, não obrigatoriamente no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (D) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (E) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede, exclusivamente.
- 13 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro e para tratar de interesse particulares, outras também poderão ser concedidas ao servidor, tais como
- (A) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (B) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para o serviço militar; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (C) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
 - (D) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para o serviço militar; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (E) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.

- 14 Além de recusar fé a documentos públicos e opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço, conforme determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, existem outras proibições, tais como
- (A) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- (B) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
- (C) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
- (D) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
- (E) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.

- 15 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. São deveres fundamentais do servidor, dentre outros:
- (A) I – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; II – não prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – não alterar e nem deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; IV – não fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros; exercer atividade profissional ética e não ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
 - (B) I – não permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; II – dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana; III – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim.
 - (C) I – o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – exercer atividade profissional ética e não ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso; III – não desviar servidor público para atendimento a interesse particular; IV – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; IV – deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister;
 - (D) I – ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal; II – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum; V – divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.
 - (E) I – deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; II – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; III – desviar servidor público para atendimento a interesse particular; IV – iludir e tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos; V – retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público; VI – alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências.
- 16 Estabelece o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Conforme esse Decreto, a aplicação do processo de avaliação de desempenho deverá ocorrer, no mínimo,
- (A) uma vez a cada quatro anos, ou em etapas necessárias a compor a avaliação quadrienal, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
 - (B) uma vez a cada três anos, ou em etapas necessárias a compor a avaliação trianual, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
 - (C) uma vez a cada quatro meses, ou em etapas necessárias a compor a avaliação quadrimestral, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
 - (D) uma vez a cada três meses, ou em etapas necessárias a compor a avaliação trimestral, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
 - (E) uma vez por ano, ou em etapas necessárias a compor a avaliação anual, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.

- 17 Instituída pelo Decreto nº 5.707/2006, a Política de desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional tem por finalidades
- (A) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (B) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (C) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; e IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação.
 - (D) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e V – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (E) I – desenvolvimento permanente do servidor público; II – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
- 18 A Lei nº 11.091/2005 dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Segundo essa lei, são atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:
- (A) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio de Professor e Técnico-Administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (B) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes, ao apoio Técnico-Administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (C) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes, ao apoio Técnico-Administrativo e Professor voluntário ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (D) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e ao Professor do quadro efetivo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (E) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio ao Professor que também desenvolve cargo de Técnico-Administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.

- 19 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da cassação de aposentadoria ou disponibilidade, existem outras penalidades disciplinares. Assinale a alternativa correta:
- (A) I – advertência; II – suspensão; III – demissão; IV – destituição de cargo em comissão; e V – destituição de função comissionada.
- (B) I – advertência; II – suspensão; III – demissão; e IV – destituição de cargo em comissão.
- (C) I – destituição de cargo em comissão; e II – destituição de função comissionada.
- (D) I – advertência; II – suspensão; III – demissão; e IV – destituição de função comissionada.
- (E) I – advertência; II – suspensão; III – demissão; e IV – destituição de cargo em comissão.
- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019). De acordo com esse Decreto, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes práticas no atendimento aos usuários dos serviços públicos:
- (A) I – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e II – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente, exclusivamente.
- (B) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; e II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos, somente.
- (C) I – não obrigatoriamente promover a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.
- (D) I – não necessariamente promover a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.
- (E) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Quanto às definições e limites das despesas com pessoal previstos na Seção II da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que a despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores
- (A) adotando-se o regime de competência.
- (B) adotando-se o regime de Caixa.
- (C) adotando-se o regime misto ou seja, caixa e competência.
- (D) mais 13º salário e férias, adotando-se o regime de competência.
- (E) mais 13º salário e férias, adotando-se o regime de caixa.

- 22 A Lei nº 4.320 de 1964, em seu título IV, faz abordagens referentes ao exercício financeiro na esfera pública. Nesse sentido, assinale a alternativa que **NÃO** está de acordo com a referida Lei.
- (A) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
 - (B) O exercício financeiro coincidirá com o ano civil, porém em casos de guerra ou estado de calamidade pública, legalmente comprovada, poderá ser dado tratamento diferente ao ano civil.
 - (C) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
 - (D) Reverte à dotação a importância de despesa anulada no exercício; quando a anulação ocorrer após o encerramento deste, considerar-se-á receita do ano em que se efetivar.
 - (E) Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.
- 23 Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais. Assim, de acordo com a Lei nº 4.320 de 1964, a demonstração das Variações Patrimoniais
- (A) indicará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
 - (B) indicará o Ativo Financeiro, o Ativo Permanente, o Passivo Financeiro, o Passivo Permanente, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação.
 - (C) indicará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.
 - (D) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.
 - (E) compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numéricos.
- 24 A Lei nº 8.666 de 1993 estabelece as modalidades de licitações. Uma dessas modalidades se refere à licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas. Essa modalidade de licitação é o(a)
- (A) Leilão.
 - (B) Concurso.
 - (C) Convite.
 - (D) Concorrência.
 - (E) Tomada de Preço.
- 25 O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), em sua última edição, define Dívida Ativa como um conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular. Portanto, na inscrição em dívida ativa, de acordo com o 2º procedimento de registro, haverá
- (A) controle para acompanhar todo o processo de inscrição do crédito em dívida ativa.
 - (B) uma maior integração entre as diversas etapas e unidades envolvidas.
 - (C) apuração da certeza e liquidez do crédito e verificação das condições gerais que permitam a inscrição.
 - (D) atualização monetária, juros, multas e outros encargos moratórios incidentes sobre os créditos inscritos.
 - (E) registro contábil apenas no momento da efetiva inscrição dos valores em dívida ativa, dispensando o uso de contas de controle.

- 26 A atuação dos auditores internos governamentais em conformidade com princípios e requisitos éticos proporciona credibilidade e autoridade à atividade de auditoria interna governamental. Nesse sentido, o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, constante como Anexo da Instrução Normativa nº 03, de 09 de junho de 2017, estabelece que as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) devem assegurar que a prática da atividade de auditoria interna governamental seja pautada por um conjunto de princípios. Assinale a alternativa cujo princípio **NÃO** faz parte desse conjunto.
- (A) Autonomia técnica e objetividade.
 - (B) Qualidade e melhoria contínua.
 - (C) Requisitos éticos.
 - (D) Alinhamento às estratégias, objetivos e riscos.
 - (E) Comunicação eficaz.
- 27 Os Princípios do Orçamento Público têm como intuito “estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público”. Por meio do exposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) acerca dos princípios orçamentários, é correto afirmar que o princípio da
- (A) unidade prevê que cabe ao Poder Público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar, ou seja, subordina-se aos ditames da lei.
 - (B) universalidade determina o período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.
 - (C) anualidade determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes e órgãos mantidos pelo Poder Público.
 - (D) exclusividade estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
 - (E) legalidade determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos.
- 28 A Lei nº 4.320/1964, apesar de não instituir formalmente o orçamento-programa, introduziu em seus dispositivos a necessidade de o orçamento evidenciar os programas de governo. O Art. 2º da referida Lei prevê que a Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de
- (A) Legalidade, universalidade e exclusividade.
 - (B) Universalidade, unidade e anualidade.
 - (C) Anualidade, unidade e não afetação da receita.
 - (D) Orçamento bruto, não afetação da receita e legalidade.
 - (E) Unidade, exclusividade e universalidade.
- 29 A contabilidade pública mantém um processo de registro apto para sustentar o dispositivo legal do regime da receita orçamentária de forma que atenda a todas as demandas de informações da execução orçamentária, conforme dispõe o Art. 35 da Lei nº 4.320/1964. De acordo com as Etapas da Receita Orçamentária, é correto afirmar que a etapa denominada “Recolhimento” compreende o(a)
- (A) transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira.
 - (B) entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.
 - (C) ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
 - (D) realização da estimativa da arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária.
 - (E) evidenciação dos fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de maneira que os fatos sejam levados à conta de resultado.

- 30 O orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais. Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Conforme o art. 41 da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que consiste em uma das classificações dos créditos adicionais os créditos
- (A) suplementares, destinados a despesas urgentes e imprevistas.
 - (B) especiais, destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
 - (C) extraordinários, os destinados a despesas previstas e reforçadas.
 - (D) suplementares, destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
 - (E) especiais, destinados a reforço de dotação orçamentária existente.
- 31 De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a etapa do planejamento da despesa orçamentária compreende a análise para a formulação do plano e ações governamentais que servirão de base para a fixação da despesa orçamentária, a descentralização/movimentação de créditos, a programação orçamentária e financeira, e o processo de licitação e contratação. É correto afirmar que a Descentralização de Créditos Orçamentários
- (A) consiste na compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando ao ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados e da arrecadação.
 - (B) compreende o conjunto de procedimentos administrativos que objetivam adquirir materiais, contratar obras e serviços, alienar ou ceder bens a terceiros.
 - (C) consiste no registro contábil no patrimônio de acordo com a ocorrência do fato gerador de despesa que afeta o patrimônio.
 - (D) ocorre quando for efetuada movimentação de parte do orçamento, mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária.
 - (E) refere-se aos limites de gastos, incluídos nas leis orçamentárias com base nas receitas previstas, a serem efetuados pelas entidades públicas.
- 32 A execução da despesa orçamentária se dá em três estágios, na forma prevista na Lei nº 4.320/1964: empenho, liquidação e pagamento. O estágio do empenho consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. Em relação às classificações de empenho, é correto afirmar que empenho
- (A) global consiste em um tipo de empenho utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.
 - (B) ordinário consiste em um tipo de empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente.
 - (C) estimativo consiste em um tipo de empenho utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento.
 - (D) estimativo consiste em um tipo de empenho utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.
 - (E) global consiste em um tipo de empenho utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento.
- 33 Conforme elencado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as Despesas de Exercícios Anteriores referem-se a “despesas cujos fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento”. Sendo assim, ao reconhecer a obrigação de pagamento de despesas pertencentes a exercícios anteriores por autoridade competente, deverá ser realizado procedimento administrativo específico. **NÃO CONSISTE** em um dos elementos mínimos pertencentes a este procedimento administrativo específico:
- (A) Data de vencimento do compromisso.
 - (B) Documentos fiscais comprobatórios.
 - (C) Estimativa da importância a pagar.
 - (D) Certificação do cumprimento da obrigação pelo credor/favorecido.
 - (E) Descrição do bem, material ou serviço adquirido/contratado.

- 34 Conforme o art. 37 da Lei nº 4.320/1964, são considerados como despesas de exercícios anteriores os seguintes elementos:
- i. Despesas que não se tenham processado na época própria;
 - ii. Restos a pagar com prescrição interrompida; e
 - iii. Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício.

O elemento denominado “restos a pagar com prescrição interrompida” refere-se à despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor. Portanto, constitui uma das situações de Restos a Pagar:

- (A) Restos a Pagar Processados a Liquidar.
- (B) Restos a Pagar Não Processados a Liquidar
- (C) Restos a Pagar Processados em Liquidação.
- (D) Restos a Pagar Não Processados Liquidados.
- (E) Restos a Pagar Processados Liquidados.

- 35 Conforme o Art. 165 da Constituição Federal do Brasil, que trata das Leis de iniciativa do Poder Executivo, é correto afirmar que o(a)

- (A) lei de diretrizes orçamentárias compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social.
- (B) lei orçamentária anual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- (C) plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (D) lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (E) Poder Executivo publicará, até noventa dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

- 36 Conforme o Anexo da Portaria-TCU nº 280, de 8 de dezembro de 2010, a avaliação de riscos e de controle interno visa avaliar o grau em que o controle interno de organizações, programas e atividades governamentais assegura, de forma razoável, que, na consecução de suas missões, objetivos e metas, os princípios constitucionais da administração pública serão obedecidos e seus objetivos de controle serão atendidos. Assinale a alternativa que **NÃO** representa um objetivo de controle ditado na citada Portaria.

- (A) Eficiência, eficácia e efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica das operações.
- (B) Adequada salvaguarda e proteção de bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.
- (C) Conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos de governo e da própria instituição.
- (D) Integridade e confiabilidade da informação produzida e sua disponibilidade para a tomada de decisões e para o cumprimento de obrigações *accountability*.
- (E) Uso de procedimentos e técnicas para o atingimento das metas/objetivos previstos para a execução dos trabalhos, de acordo com o programa de auditoria e seus objetivos.

- 37 De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 13, é exigida a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento, a ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente e, em razão disto, submetem-se à prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Em relação ao Orçamento Final, é correto afirmar que
- (A) compreende o orçamento aprovado para um ano. Não inclui estimativas futuras ou projeções divulgadas para períodos além daquele a que se refere o orçamento.
 - (B) corresponde à autorização para realização de despesa oriunda de lei ou outro instrumento que contenha decisões relacionadas à alocação das receitas orçamentárias estimadas relativas a determinado período.
 - (C) compreende o orçamento original ajustado por todas as reservas, transferências, alocações, créditos adicionais e outras mudanças autorizadas pelo Poder Legislativo ou autoridade com prerrogativa semelhante, aplicáveis ao período a que se refere o orçamento.
 - (D) consiste no orçamento aprovado para período maior do que um ano. Não inclui a publicação de estimativas ou projeções futuras para períodos posteriores ao período a que se refere o orçamento.
 - (E) compreende a autorização concedida pelo Poder Legislativo ou autoridade com prerrogativa semelhante para alocar recursos para os fins por eles especificados.
- 38 Conforme a NBC TSP 21 – Combinações no Setor Público, as combinações no setor público compreendem a união de operações separadas em uma entidade do setor público. Ao identificar a operação de combinação no setor público, a entidade deve determinar se a transação ou outro evento é uma combinação por meio da aplicação das definições. Assinale a alternativa que compreende um indicador relacionado ao processo de tomada de decisão que fornece evidências de que a operação é fusão.
- (A) A contraprestação não é paga porque não há ninguém (seja indivíduo ou entidade) com direito aos ativos líquidos da entidade transferida.
 - (B) Existe contraprestação que não é paga àqueles que detêm o direito aos ativos líquidos da operação transferida.
 - (C) Existem razões que não a de compensar aqueles que detêm direito aos ativos líquidos da operação transferida em razão da renúncia a esse direito.
 - (D) O método modificado da união de participações origina uma única entidade resultante combinada.
 - (E) A combinação é imposta por terceiro sem que qualquer das partes da combinação seja envolvida no processo de tomada de decisão.
- 39 Em um processo de aquisição de bens ou serviços por parte do ente da Federação, torna-se necessário proceder à adequada classificação quanto à natureza da despesa pública. Para isso, o MCASP aborda que, para existência de informação contábil fidedigna, o registro do fato deve ser identificado corretamente como orçamentário ou extraorçamentário. Conforme exposto, **NÃO** se considera registro de caráter extraorçamentário:
- (A) Devolução dos valores de terceiros (cauções).
 - (B) Contratação de bens e serviços (serviços de terceiros).
 - (C) Pagamento de Salário-Maternidade.
 - (D) Recolhimento de consignações.
 - (E) Pagamento das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).
- 40 As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado. De acordo com o MCASP, **NÃO** se considera realizada a variação patrimonial aumentativa (VPA)
- (A) no recebimento efetivo de doações e subvenções.
 - (B) quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.
 - (C) quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro.
 - (D) pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros.
 - (E) nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo.

- 41 Conforme aborda o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a mensuração consiste em um processo de determinação dos valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. Portanto, de acordo com a base de mensuração dos ativos denominada “preço líquido de venda”, é correto afirmar que esta corresponde a um valor de
- (A) entrada, é observável no mercado e é específica à entidade.
 - (B) entrada, é geralmente observável no mercado e não é específica à entidade.
 - (C) entrada e saída, é observável no mercado e não é específica à entidade.
 - (D) saída, é observável no mercado e é específica à entidade.
 - (E) saída, não é observável no mercado e não é específica à entidade.
- 42 As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser asseguradas mediante:
- (A) garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa privada criada para essa finalidade.
 - (B) garantia prestada por organismos nacionais ou instituições financeiras que sejam controladas pelo Poder Público.
 - (C) instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei.
 - (D) contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que sejam controladas pelo Poder Público.
 - (E) vinculação de despesas, observado o disposto no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal.
- 43 O art. 37 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos. Para o reconhecimento da obrigação de pagamento das despesas com exercícios anteriores, é necessário que a entidade incorra de elementos mínimos. Portanto, **NÃO** se considera como um dos elementos mínimos observados no reconhecimento da obrigação de pagamento dessas despesas:
- (A) Motivação pela qual a despesa não foi empenhada ou paga na época própria.
 - (B) Documentos fiscais comprobatórios.
 - (C) Data de vencimento do compromisso.
 - (D) Certificação do cumprimento da obrigação pelo credor/favorecido.
 - (E) Estimativa da importância a pagar.
- 44 Tomada de Contas Especial (TCE) é um processo administrativo devidamente formalizado, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal, com apuração de fatos, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e obter o respectivo ressarcimento. Dentre as alternativas a seguir, marque a que **NÃO** constitui um motivo para instauração da Tomada de Contas Especial.
- (A) Consecução dos objetivos pactuados.
 - (B) Impugnação total ou parcial das despesas realizadas.
 - (C) Não utilização dos recursos de contrapartida pactuada.
 - (D) Omissão no dever de prestar contas.
 - (E) Irregularidade na documentação exigida para a prestação de contas.
- 45 O Manual SIAFI é um documento que registra, de forma estruturada e sistemática, as normas e procedimentos operacionais do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Assinale a alternativa que **NÃO** representa um objetivo a que o Manual SIAFI visa atingir.
- (A) Sincronização da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro com a contabilidade internacional.
 - (B) Agilização na execução das tarefas objetivando aumento da produtividade.
 - (C) Autonomia do usuário pelo acesso direto aos dados para solução dos problemas próprios da execução
 - (D) Melhor aproveitamento dos recursos humanos pela liberação do pessoal técnico das atividades rotineiras e repetitivas no atendimento ao usuário.
 - (E) Padronização de conceitos e procedimentos pelo tratamento uniforme das rotinas de execução.